

PRESIDENTE : GILBERTO GARCIASECRETÁRIOS : LUIZ KUNITA E ANDRELINO ALVES DE SOUZA

AOS quinze dias do mês de junho de um mil novecentos e noventa e dois, com início as vinte horas e trinta minutos, sob a presidência do Senhor Gilberto Garcia, Presidente, tendo como Secretários os Senhores Luiz Kunita, 1º Secretário e Andrelino Alves de Souza, 2º Secretário, foi realizada no Plênerio da Câmara Municipal de Garça, a 20ª Sessão Ordinária de 1.992. Feita a chamada inicial pelo Senhor Secretário, este constatou as seguintes presenças: Afrânio Carlos Napolitano, André Luis Gavioli Rodrigues, Andrelino Alves de Souza, Antonio Alexandre Marques, Antonio Macelloni, Antonio Rodolfo Devito, Diogo Sebastião de Oliveira, Gilberto Garcia, João Serapião, José Alcides Faneco, Luiz Kunita, Luiz Roberto Lopes de Souza, Olívio Turato, Rodrigo de Sá Funchel Barros, Valdemar Zimiani, Yoshikasa Kakudate e Ari Silva Braga, totalizando dezessete Edis presentes. Havendo número legal para o início dos trabalhos, o sr. Presidente declarou aberta a presente Sessão Ordinária, colocando em discussão as ATAS da 18ª e 19ª Sessões Ordinárias de 1.992. O vereador Luiz Roberto Lopes de Souza, pela ordem, requereu retificação na Ata da 18ª Sessão Ordinária de 1992, onde consta em seu discurso, ao responder aparte do Vereador Rodrigo de Sá Funchel Barros teria dito: "que ouviu dizer, não sabendo de onde surgiram.", passe a constar "que ouviu o sr. Prefeito dizer". Requereu, também, o mesmo Vereador, retificação na mesma Ata, onde consta "Balancete Financeiro", passe a constar "Boletim de Caixa" e, onde consta "Boletim Financeiro", passe a constar "Boletim Diário". O Sr. Presidente, então, determinou a Secretaria da Câmara, que procedesse tais correções. Não havendo mais pedidos de retificação, foram os mesmos aprovados por unanimidade de votos. A seguir, o Sr. Presidente solicitou aos Senhores Secretários que procedessem as leituras dos expedientes da Sessão. EXPEDIENTE DO EXECUTIVO: Resposta à Indicação nº 87/92, de autoria do Vereador Gilberto Garcia e Ofício 374/92, encaminhando cópia do Balancete Analítico referente ao mês de abril de 1992. EXPEDIENTE DE DIVERSOS: Ofício do Ministério da Fazenda, em atenção ao Requerimento nº 15/92, de autoria do Vereador Antonio Alexandre Marques. Telegrama do Senador Mauro Benevides, em atenção ao Requerimento nº 94/92, de autoria do Vereador Gilberto Garcia. Ofício do Deputado Eden Pedrosa, em atenção ao Requerimento nº 94/92, de autoria do Vereador Gilberto Garcia. Telegrama do Senador Fernando Henrique Cardoso, em atenção ao Requerimento nº 92/92, de autoria do Vereador Antonio Rodolfo Devito. Ofício do Diretor Executivo do SAAE, encaminhando cópia do Balancete Analítico referente ao mês de maio de 1992. Ofício do Presidente da Sociedade dos Veteranos de 32 - M.M.D.C., informando sobre as solenidades comemorativas do 60º ano da Revolução Constitucionalista de 1.932. Telegrama da Secretaria de Agricultura e Abastecimento, comunicando a presença do Secretário deste posto em Presidente Prudente, durante a realização do I Fórum de Debates Agropecuário de Alta Sorocebens e Pantel do Paranapecoma. Ofício do Presidente do CEPAM, informando que o referido órgão encontra-se em condições de esclarecer dúvidas sobre questões ambientais. Ofício do Deputado Júlio Marcendes de Moura, encaminhando cópia do Projeto que extinguiu a Carteira Previdenciária dos Deputados Estaduais. Convite do Rotary Club Garça Real para as comemorações do semana do Meio Ambiente. EXPEDIENTES DOS VEREADORES: Projeto de Lei nº 50/92, do Vereador André Luis Gavioli Rodrigues, propondo alteração do artigo 44, § 2º, da Lei nº 2.627/91. Requerimentos números: 109/92 - Vereador Afrânio Carlos Napolitano, requerendo ao Sr. Prefeito Municipal, informações sobre a sistemática de reajustes.

do valor do contrato entre Prefeitura e as empresas de ônibus que transportam estudantes para Marília; 110/92 - Vereador Gilberto Garcia, apresentando voto de pesar pelo falecimento do sr. Otavio Turato; 111/92 - Vereador Gilberto Garcia, apresentando voto de pesar pelo falecimento da senhora Manuela da Brito Dornelles; 112/92 - Vereador Luiz Kunita, solicitando do Secretário Nader Wafar, a continuação do atendimento odontológico nos hospitais garcenses; 113/92 - Vereador Gilberto Garcia, apresentando voto de pesar pelo falecimento da senhora Maria Ferreira Payoni e; 114/92 - Vereador Luiz Roberto Lopes de Souza, propondo a Delegacia de Ensino de Garça e inclusão no currículo das Escolas do 1º e 2º graus, matéria que trata da preservação do meio ambiente. Indicações de números 111/92 - Vereador Valdemar Zimiani, indicando ao Prefeito Municipal a retirada de terra nas Ruas Joaquim Pereira e João Laureano dos Santos, no distrito da Jafa e 112/92, indicando ao Prefeito Municipal, repores no alambreado do campo de futebol do Distrito da Jafa. Os Requerimentos, devido aos pedidos de urgência, foram encaminhados a Ordem do Dia da Sessão. As Indicações, remetidas ao sr. Prefeito Municipal, nas termos regimentais e o projeto de lei, considerado objeto de deliberação. Em seguida, não havendo solicitação de palavra no Pequeno Expediente, passou-se ao Grande Expediente. Ocupou a tribuna em Grande Expediente o Vereador Luiz Roberto Lopes de Souza, cujas palavras, passo a transcrever: "Senhor Presidente, prezados Vereadores, publico presente: Ocupamos a Tribuna em grande Expediente, primeiramente, para comentar, de uma forma rápida, Requerimento apresentado este noite e que tem por objetivo principal, marcar, pelo menos, no nosso Legislativo a passagem do RIO-92, que foi encerrada ontem no Rio de Janeiro. Essa reunião das Nações Unidas, visando principalmente, a preservação do meio ambiente, deve merecer, também, da nossa parte, uma apreciação, embora de uma forma bastante primária. Mas, nos estamos lembrando que a limpeza pública, a coleta de lixo e a limpeza de próprios municipais, que são as vias públicas, devem merecer também, do município, um tratamento adequado em termos de aproveitamento e reciclagem do lixo. Nós sabemos que na natureza, a matéria prima, em muitos setores, está atingindo um nível de degradação muito grande. Então, o reaproveitamento dessa matéria prima é possível com a reciclagem do lixo. Porque, quando se enterra uma garrafa ou se enterra uma lata, o solo não vai absorver esse material. Então, é preciso que se promova desde já, estudos visando a reciclagem e o reaproveitamento desse tipo de material. A humanidade vem caminhando de uma forma que, o consumismo, como vem sendo feito atualmente, vai levar ao esgotamento de certos materiais primos. Então, a produção deve se dirigir e atender as necessidades básicas da população e não de uma forma como se faz hoje, dirigindo a cada vez mais ao consumo do que se produz, não atendendo as necessidades básicas do ser humano mas, principalmente, para atender aqueles que dispõem do controle e do uso da riqueza." Apertando, disse o Vereador Antonio Alexandro Marques: "Apenas para lembrar que varias cidades, inclusive Jau e Marília, já fazem essa coleta seletiva. Eu tive oportunidade, se não me engano, no samostre passado, de recomendar a Prefeitura, em nome da Indicação e o sr. Prefeito respondeu que havia encaminhado ao departamento competente, mas, até agora, acho que não houve uma apreciação nesse sentido. Faça votos que o Requerimento do Vossa Excelência tenha melhor sucesso, porque, realmente, é uma necessidade." Prosseguindo, disse o Vereador Luiz Roberto Lopes de Souza: "Agradeço a lembrança de Vossa Excelência mas, o objetivo que estou visando, é que o meu Requerimento, endereçado a Delegacia de Ensino, com o objetivo de ser colocada esse material dentro da cadeia que trata da preservação do meio ambiente, para conscientizar, desde a criança aos jovens das nossas escolas jurisdicionadas do 1º e 2º graus, da necessidade de se fazer esse tipo de trabalho. Porque, Vossa Excelência tem razão, é uma matéria de serviço público, que eu pretendo seja enfocada, além do aspecto de um serviço público obrigatório que a Constituição diz que deve ser prestado, também, a Constituição diz também, que a preservação do meio ambiente, o crescimento auto-sustentável, tem sido tão proclamado,

é uma das necessidades que deve ser uma prioridade nossa, e incutida, desde a criança ao adolescente, para que amanhã o cidadão no exercício daquilo que nos temos batido muito, que é a cidadania, exija dos poderes públicos. É uma conscientização que deve ir às escolas, deve ir às entidades de classes, deve ir às entidades de bairro, aos clubes de serviço e, que nós sabemos que o poder público sozinho, não vai, jamais, eu tenho dito, colocar o pleno exercício da democracia, se não for através do exercício do próprio cidadão, participando dos órgãos de decisão, dos conselhos que devem decidir e não só qualificar o governo da cidade." Aparentando, disse o Vereador Andreilino Alves de Souza: "Aproveitando a declaração do nobre colega, Bauru, também, já adirei a esse sistema e, esta usando esse raciocínio que Vossa Excelência acabou de dizer agora. Está conscientizando os bairros através das escolas." Prosseguindo, disse o Vereador que ocupava a Tribuna: "Perfeitamente. A reciclagem do lixo, nós sabemos que é um problema complexo. Uma usina de lixo é muito cara e existem, por exemplo, municípios que fazem consórcio para esse tipo de exploração, mas é uma questão que deve ser trazida à discussão da comunidade, como foi, há pouco tempo na Casa, a discussão a respeito do problema cultural, que nós temos conhecimento, através dos artigos publicados no jornal e, sabemos, também, que a Biblioteca têm sido usada como ponto de apoio para aquele concurso de poesia. Não basta esse simples apoio do poder público, é preciso uma conscientização da coletividade como um todo. Nós Vereadores, inclusive eu, de modo particular, gostaríamos de saber qual é o objetivo maior desse grupo que pretende, inclusive, a reabertura do Clube José do Petrócinio. Eu, inclusive, não conheço nenhum dos diretores dessa entidade e, estou à disposição para conhecê-los a fundo e discutir com eles, quais são as suas necessidades, qual a forma que nós Vereadores, que fomos convidados a colaborar, poderemos colaborar nesse projeto que merece, realmente, o nosso apoio. Mas, nós precisamos, também, conhecê-lo para podermos participar. Só se ama, aquilo que se conhece. E, nós precisamos, realmente, conhecer esse projeto e, estamos disponíveis para isso. A outra matéria que devo comentar esta noite, infelizmente não me é nada agradável, é que na Sessão de dia 12 do corrente mês, quando nós discutimos nesse Casa o Requerimento do Vereador José Alcides Fenecco, acerca da desapropriação, se passou a tratar, paralelamente, de outros assuntos, inclusive, da Praia Artificial e, eu fiz desta tribuna, que o ocupo pelo voto do povo, comentários que, nada tiveram de ofensivos ou de pessoais, ao Deputado por Garça. Entretanto, Sua Excelência veio, através da Folha de Garça e, diz o proprietário do jornal que o material assinado por ele, me faz de ataques pessoais, dizendo que o projeto de Praia Artificial existe na Prefeitura e que não o encontramos por incompetência, por má-fé, por eu ser mau caráter. Devo responder o seguinte: Na Sessão de dia 22 de maio de 1989, a Casa aprovou o Requerimento nº 167/89, de autoria do Vereador Antonio Rodolfo Davito, que indagava ao sr. Prefeito Municipal quanto foi pago, digo, gasto com aquela obra e quais os planos de administração atual, em relação à tão discutida praia artificial. E, a resposta veio, volumosa, bastante volumosa, com todos os documentos, elencando ferro, madeira, tubos, cimento, horas-máquina, que se gastou nos exercícios de 86 e 87 e no ano volume de gastos em 88. Os maiores volumes de gastos, foram nos exercícios de 86 e 87. No ano seguinte em 14 de maio de 1990, eu apresentei o Requerimento nº 101/90, que indagava entre outras coisas, o seguinte: Solicitemos ao sr. Prefeito que remetesse cópia do projeto completo, memorial descritivo e anexos do obra "barragem da praia artificial". A resposta do sr. Prefeito veio através do Ofício 347/90, de 29 de maio de 1990 que foi lido na Sessão de 04 de junho de 1990. Foi esta a resposta do prefeito: "Essa Prefeitura não possui projeto completo da barragem da praia artificial, a qual foi executada por etapas, mediante contratação de horas-máquina, por firma especializada". Essa é a resposta oficial da Prefeitura. Eu respondo ao Deputado que está aqui e mau caráter de minha incompetência que, a resposta é do sr. Prefeito

Municipal. Sua Excelência avisa, ainda, que dispensou meus serviços de procurador, por pressão política, algo que é óbvio e que, inclusive, ela se deu porque eu era mau caráter, é textual, por que está ali no artigo. Que eu usava dinheiro da Empresa Municipal de Urbanização, a EMURG, para fazer operações, eu melhor, para fazer um capital rotativo. Esse é uma acusação que gostaria de poder levar o sr. Deputado a que provasse em juízo, como ele disse, para eu processá-lo, mas ele tem imunidade parlamentar. Será que Sua Excelência abre mão de sua imunidade para que eu possa processá-lo por crime de calúnia? Que, ela me atribuiu a prática de um crime, que é usar dinheiro público, que constitui peculato. A prestação de contas da Empresa Municipal de Urbanização da Garça está na Prefeitura Municipal, ao tempo em que fui seu presidente. Com muita honra, no exercício de 1982, no prazo de 12 meses, assinamos um contrato com a Caixa Econômica, iniciamos o projeto em janeiro e encerramos em janeiro do ano seguinte, com todas as coisas prontas, com toda a infraestrutura, inclusive, o recolhe de asfalto que existe lá até hoje e foi ampliado para recobrir aqueles outros dois conjuntos do COHAB e, se faltava a pavimentação daquela beirada. Nós construímos aquelas 124 casas, eu digo, nós construímos, é a administração municipal, eu, simplesmente, e um instrumento, mas, como presidente da empresa, comprei cada prego, cada tijolo, cada telha, cada porta, cada janela, que estão naquelas casas. Comprei-os pessoalmente, discuti preço e, ficou tudo documentado na prefeitura e que, apesar de empresa não estar obrigada a fazer licitação, nós tínhamos ali, uma planilha do custo do material, de cada torneira, de cada tanque e de cada metro de cimento que foi comprado. O sr. prefeito tinha esse documento e sua disposição e, nós sabemos que foi feito um levantamento na EMURG e, se tivesse levantado qualquer irregularidade, ao invés de nossa dispensa sem justa causa, teria ocorrido processo e teríamos sido levados a julgamento. Esse era a obrigação do sr. Prefeito e, não, passados todos esses anos, o pretexto de se defender, simplesmente porque falei dessa tribuna em nepotismo, e o pretexto é todo esse, viesse fazer acusações a mim e pensar que da Prefeitura, onde dediquei 10 anos da minha vida, trabalhava em tempo integral, eu não troquei minha banca de advocacia para bancar de revistas. A minha banca de advocacia eu a passei a meu cunhado, desde 1976 e hoje, graças a Deus, aquela banca é um sucesso. Aquela banca de advocacia que eu lhe transfiri, e hoje conhecido na cidade de Garça e, com muita honra, eu assumi, não uma banca, mas uma distribuidora que é a empresa mais antiga da cidade de Garça, porque sucedi Aurino Gomes Ribeiro que, foi o único proprietário daquela agência distribuidora de revistas e jornais por mais de 50 anos e o fiz e o faço até hoje, como comerciante, jamais impedindo quem quer que seja, de abrir uma banca. Mas, a distribuição é exclusiva em cada praça, como acontece em qualquer cidade do Brasil. Se quiser trabalhar a 15%, não tem segredo, e o visto desconta 25% sobre o preço de fato. Sempre estive lá disponível a quem tivesse, digo, quisesse abrir um ponto de venda. Quem puder trabalhar com 15%, que venha abrir uma firma para que possa fazer isso. Mas, o meu maior orgulho de abrir o jornal ontem, encontramos, com muita emoção, porque desconhecíamos, a resposta. Minha filha deu ao Deputado, porque ela leu aquela notícia na mesma dia em que ela completava 21 anos, quem leu conhece o material e, é desnecessário que a comento, mas é um fato, como pai e, principalmente como homem, me deixa muito orgulhoso, porque eu sempre prezei o respeito ao próximo como a grande verdade, que vem não daquela verdade que é mensurável, mas que vem da sabedoria infinita que só existe no subconsciente do homem e pode ser plantada só pela mão de Deus". Em seguida, pela ordem, o Vereador Luiz Kunita, requereu a dispensa do Intervalo Regimental, cujo pedido, colocado em votação, foi aprovado por unanimidade do voto pelo Plenário. A pedido do sr. Presidente, o sr. Secretário procedeu à chamada, visando a Ordem do Dia, constatando a presença dos 17 Edis componentes da Casa. Havendo número legal para sequência dos

trabalhos, passou-se à Ordem do Dia. Em seguida o sr. Presidente colocou em discussão os Requerimentos números: 109, 110, 111/92, sendo todos aprovados por unanimidade de votos, sem discussão. Na discussão do Requerimento nº 112/92, ocupou a tribuna o seu autor, o Vereador Luiz Kunita que, em síntese, disse que dos hospitais de alta paulista, de caráter filantrópico e particular, somente os hospitais de Garça mantêm serviço odontológico gratuito. Há três anos o Inamps ofereceu aos hospitais o credenciamento de odontologia e, essas entidades fizeram o impossível para adaptarem salas e adquirir aparelhos para o atendimento combinado e hoje tive uma notícia através do chefe do Departamento de Saúde do Município, Dr. Joaquim Sérgio Pereira, que o ERSA de Marília, não aceita a colocação do credenciamento de odontologia no Plano Diretor do Estado de São Paulo. Como dependemos de Marília, eles impõem o que bem querem. Atualmente atende-se mensalmente uma média de 800 pessoas e, conforme o responsável pelo setor, Dr. Manoel Geraldo, houve uma grande redução do problema da cárie dentária em nossa cidade. Ao terminar sua exposição, conclamou os pares a aproverem o referido Requerimento, vez que se trate de um serviço muito importante para a cidade de Garça. Em seguida, ocupou a tribuna o Vereador André Luis Gavioli Rodrigues dizendo que na reunião do conselho municipal de saúde, fora debatido o assunto proposto pelo Requerimento em discussão. Afirmou o Vereador que existe um número muito grande de odontólogos atendendo nas Escolas de primeiro e segundo graus e, portanto, sobre muito profissional ocioso. Então, o plano municipal para conter verbas, é tirar o convênio dos hospitais para jogar no sistema próprio do município, dando atendimento nas escolas e no Posto de Saúde. Estuda-se, também, uma escola para plantões nos finais de semana. Em apêndice, perguntou o Vereador Antonio Alexandre Marques: "Quer dizer que a maior parte do atendimento passaria do Estado para o Município?" Respondendo, disse o Vereador que ocupava a tribuna que o SUS repasse o dinheiro para o município e este é quem paga os hospitais. Apertando, novamente, inquiriu o Vereador Antonio Alexandre Marques: "Então, o município já está pagando todo o atendimento e recebe uma parte do Convênio? É esse convênio que querem extinguir?" Prosseguindo, disse o Vereador André Luis Gavioli Rodrigues que, o município pretende acabar com a ociosidade dos odontólogos contratados, enquanto que nos hospitais, isso não ocorre. Apertando disse o Vereador Luiz Kunita que o repasse do dinheiro do município para os hospitais, ainda não está em funcionamento. Diz, ainda, que o referido Plano Diretor, pretende descredenciar os hospitais, para prestarem o mencionado serviço, que, os hospitais não aceitam o atendimento odontológico somente nos finais de semana. Prosseguindo, disse o Vereador André Luis que é o que se pretende acabar com a ociosidade existente no serviço de atendimento municipal. São servidores que recebem mensalmente seus vencimentos, ainda que não tenham ocupado todo o seu horário de serviço. Apertando, assim se expressou o Vereador Luiz Roberto Lopes de Souza: "Vamos deixar bem claro que o que Vossa Excelência afirmou da tribuna não é o correto. Atualmente os hospitais não recebem da prefeitura. Esse é a primeira premissa. Não existe esse tipo de atendimento pago pelo município. O que existe é que, mais uma vez, o Estado vem com casuismo e que vai pagar. Quem vai ser mal atendido, mais uma vez, será o contribuinte. Tem razão o Vereador, que mais uma vez, as entidades conveniadas é que vão tomar na cabeça. O servidor público que está lá ocioso, não vai atender a população. A população não vai a escola tratar de dentes." Prosseguindo, disse que o que dissera, foi tratado pelo conselho. Que até agora, o município tem comprado serviço dentro dos hospitais, com o dinheiro repassado pela previdência. Se o hospital não quer vender o seu serviço fora do horário de atendimento do Posto de saúde, o município terá que prestá-lo na rede básica. Na verdade, existe uma infraestrutura hospitalar, afirmou o Vereador, todavia, existe, também, uma ociosidade na rede básica. Em seguida, ocupou a tribuna o Vereador Luiz Roberto Lopes de Souza que, em síntese, disse que esse problema de saúde, é algo que a Constituição diz

que é dever do Estado e direito do cidadão. O Deputado Roberto Campos escreveu ontem no jornal que se transferiu recurso ao município, mas não se transferiu obrigação. O município recebe hoje somente um terço daquilo que ele gasta com saúde, vez que o Estado estabelece uma coisa quando do convênio e depois, antes de terminar o exercício financeiro, ele muda a regra do jogo. A realidade é que o ERSA de Marília determina o que os Conselhos Municipais devem fazer. O Conselho reúne por mera formalidade e homologa aquilo que já foi decidido pela regional. Aparteando, disse o Vereador Luiz Kunita que o Conselho Municipal de Saúde de Garça, recebe tudo pronto da Regional de Marília. Que foi a Regional que impôs o não-atendimento odontológico nos hospitais, bem como determinou a baixa do nº das AIHs por mês. Prosseguindo disse o Vereador que ocupava a Tribuna que, realmente, os Conselhos, não têm autonomia. A Regional de Marília impõe aquilo que vem imposto de cima, do Governo do Estado. O Estado se obrigou, no convênio a repassar verba para o pagamento de pessoal e, agora, paga por unidade de serviço, não sobre a folha de pagamento. O que o Estado transfere, não cobre o custo do serviço prestado. O que se deve fazer, principalmente pelo Congresso Nacional, não cortar a transferência de verbas para o município, mas, sim, fiscalizar a aplicação desses recursos transferidos e dar maior autonomia aos conselhos municipais. Prosseguindo, disse o vereador que o político brasileiro ou é um demagogo ou é um clientelista. Todavia, acredita que haverá uma mudança nessa situação e, a voz do povo será ouvida e respeitada. A seguir, colocado em votação o referido Requerimento, o mesmo foi aprovado por unanimidade de votos. Em seguida foi colocado em discussão os Requerimentos de números 113 e 114/92, sendo os mesmos aprovados por unanimidade de votos, sem discussão. Votados os Requerimentos, passou-se à discussão do ITEM I da pauta. Projeto de Lei nº 49/92, do sr. Prefeito Municipal, dispendo sobre a abertura de crédito suplementar no valor de R\$20.000.000,00 para dotação da Divisão de Recursos Humanos. Discussão e votação únicas. O Vereador Luiz Kunita, pela ordem, requereu a discussão global do Projeto, o que foi aprovado por unanimidade de votos. Na discussão do referido Projeto, ocupou a tribuna o Vereador José Alcides Franco dizendo que votaria contrário ao Projeto, pela absoluta falta de informação sobre o mesmo. Prosseguiu dizendo que mais uma vez o Sr. Prefeito vem à Casa pedir abertura de crédito por conta do excesso de arrecadação. Isso já foi debatido por diversas vezes pelo Vereador Antonio Alexandre Marques. Aparteando, disse o Vereador Antonio Alexandre Marques: "A gente tem reclamado, realmente, essa falta de informação. Se existe, se se chegou a um valor de verba, naturalmente existe um plano, se existe um plano, existe um detalhe do plano que, na minha opinião, deveria ser enviado ao Legislativo, para que a gente pudesse acompanhar mais de perto. Eu acompanho a Vossa Senhoria no voto". Prosseguindo, disse o Vereador que ocupava a Tribuna que a análise da Comissão de Justiça fala que se trata de um investimento muito bem planejado, que reverterá em grande economia para o município, alegando não ver onde isso ocorrerá. Logicamente, devem existir razões para que se peça os 20 milhões de cruzeiros, se que nós não temos conhecimento deles. Por isso, concluiu o vereador, vamos votar contrário. Em seguida, ocupou a tribuna o Vereador Luiz Roberto Lopes de Souza dizendo que está, praticamente, em dia, a implantação de computação de dados no serviço de contabilidade da prefeitura, vez que já temos em mãos o balanço de mês de abril e, até o dia 20 de junho, acredita que a Casa já tenha recebido o balanço de Mês de Maio. O projeto pretende suplementar a dotação "Outros Serviços e Encargos", da Divisão de Recursos Humanos. Analisando o balanço, vemos que a dotação original do orçamento era de R\$8.777.000,00. Foi suplementada por Decreto 50%, passando para R\$13.165.500,00 e, já foi empenhado até o mês de abril R\$9.751.911,99, quase a totalidade da dotação, isso está bem claro na justificativa do Projeto. Portanto, faz-se necessário reforçar a dotação destinada a "Outros serviços e Encargos". Atualmente gasta-se muito com os serviços de elaboração das folhas de pagamento, atre-

(atraz-)vés de firma especializada em processamento de dados. A Casa já autorizou a abertura de outro crédito que nada tem com "Outros Serviços e Encargos" e, que possibilitou a aquisição de equipamentos para fazer esse tipo de trabalho. Na verba "Outros Serviços e Encargos", está computado as despesas com telefone, com energia elétrica e outros, bem como a contratação ou a locação de um programa, que hoje, calcula o Vereador que, apesar de barato, ficará em 1/3 do valor que se está pagando para a realização do serviço. Aí é que reside a economia, asseverou o Vereador. A Prefeitura já possui um computador e necessita comprar um programa e, também, precisa de manutenção desse programa, vez que a Prefeitura não tem funcionário apto a fazer a pronta correção de qualquer problema que surgir no sistema. Dado o processo inflacionário, é normal que as verbas normais da prefeitura, sofram um reajuste. Pelo balancete que temos na Casa, podemos observar que a expectativa de excesso de arrecadação na ordem de 700 milhões de cruzeiros, vem-se mantendo. Prosseguiu o Vereador dizendo que é verdade que a Casa já provou neste ano alguns projetos por conta do excesso de arrecadação, todavia é preciso lembrar que alguns foram por conta do Superávit financeiro. Aparteando, disse o Vereador José Alcides Faneco que é do conhecimento da Casa que existe excesso de arrecadação pelos balancetes enviados, mas, continuou o aparteante, nós não sabemos e que níveis temos hoje um superávit, somente contra o excesso. Então, vamos aprovar isso às escuros. Vossa Excelência, dirigindo-se ao Vereador que ocupava a Tribuna, colocou que o que vem aí está claro. Não está claro, de forma alguma. Finalizando, disse: "Outra coisa, conta de energia elétrica e telefone, devem-se reforçar, apenas, a essa rubrica, não é?" prosseguindo, disse o Vereador Luiz Roberto Lopes de Souza que citou as duas verbas, telefone e energia elétrica, como despesas que são contabilizadas em "Outros Serviços e Encargos", não querendo dizer que são as maiores despesas. A maior despesa se faz por conta do serviço de processamento de dados. Quero deixar patente, assegurou o Vereador, que o excesso de arrecadação está configurado por dados concretos. Novamente em aparte, disse o Vereador José Alcides Faneco que declararia seu voto contrário e que o mantinha assim, como protesto para que os projetos que foram encaminhados pelo Executivo, tenham melhores informações. Continuando, disse o Vereador que ocupava a Tribuna, que respeitava a posição do vereador aparteante, mas lembrou que no ano passado quando da formação das comissões técnicas, insistiu pela participação da oposição nos mesmos, vez que poderia obter melhores informações do sr. Prefeito. Novamente, em aparte, disse o Vereador José Alcides Faneco, concordar com o Vereador Luiz Roberto que, a participação da oposição nas Comissões, seria o ideal, porém, também se lembrou do quadro que foi montado na Casa, quando da formação das Comissões. Ocurre que, afirmou o Vereador, essas informações não são devidas como participantes ou não, das referidas comissões. Prosseguindo, disse o Vereador Luiz Roberto que ao participar das comissões, teria maior possibilidade de se informar, do que na Plenária. Finalizou, concitando aos pares para que aprovassem o Projeto. Em seguida, ocupou a Tribuna o Vereador Antonio Alexandre Marques dizendo que, mais uma vez, lamentava a falta de informações do Projeto e, que isso tem sido uma constante durante os quatro anos de mandato, não obstante a todos os reclamações feitas. O prefeito não se sente na obrigação de passar essas informações, afirmou o Vereador. Lembrou o Vereador que, ultimamente, as Comissões não tem pedido informações, talvez por serem por satisfeitas. A Comissão de Justiça tem as informações através do Vereador que me antecedeu na Tribuna, vez que ele é um de seus membros, asseverou o Vereador. Porém, "a Comissão de Finanças, eu não sei, acho que se leu; normalmente, na parecer da Comissão de Justiça e, aceita, também". Em aparte, disse o Vereador José Alcides Faneco: "Inclusive observei que na análise da Comissão de Finanças aí, é uma cópia de um projeto que vi na Sessão anterior. É idêntico e parecer. Quer dizer, é como se fosse um carimbo que se tivesse e que se batesse em cima". Prosseguindo, disse o Vereador que ocupava a Tribuna que a respeito do excesso de arrecadação,

a Casa tem em mãos o balancete de abril, mas que ainda não houve tempo para examiná-lo, mesmo porque, não adiantaria. Todavia, esse excesso de arrecadação, ainda, não me convence, afirmou o Vereador. Solicitei um levantamento a Secretaria da Câmara e me foi informado que já aprovamos, em 1992, projetos, cujo valor total, está acima de 500 milhões de cruzeiros, sem contar aquilo que o Prefeito já suplementou por Decreto. Aparteando, disse o Vereador Luiz Roberto Lopes de Souza: "Só para esclarecer, esses dados que Vossa Excelência citou, são todos os créditos abertos, inclusive, por conta do Superavit Financeiro?" Respondendo, disse o Vereador que ocupava a Tribuna que foi somente por excesso de arrecadação. Finalizando, afirmou o Vereador que, no mérito, o Projeto é louvável, porém, carente de informações imprescindíveis. Colocado em votação o referido Projeto, foi o mesmo aprovado por maioria de votos, ITEM II - Projeto de Emenda à Lei Orgânica nº 01/92, do Vereador Gilberto Garcia, dando nova redação aos artigos 41 e 95, fixando a remuneração para os Vereadores e Prefeito. Primeira discussão e votação. O Vereador Luiz Kunita, pela ordem, solicitou a discussão global do Projeto, o que foi aprovado por unanimidade de votos pelo Plenário. Referido Projeto foi aprovado por unanimidade de votos, sem que ninguém solitasse a palavra. ITEM III - Projeto de Lei nº 48/92, do sr. Prefeito Municipal, dispondo sobre as diretrizes da peça orçamentária para 1993. Primeira discussão e votação. O Vereador Luiz Kunita, pela ordem, requereu a discussão global do Projeto, sendo o seu pedido aprovado por unanimidade de votos. Ninguém solicitou a palavra. O Vereador Luiz Kunita, pela ordem, requereu a dispensa da leitura dos artigos e, que a votação fosse precedida citando apenas os artigos, sendo o seu requerimento aprovado por maioria de votos. Colocado em votação, foi o referido Projeto aprovado por unanimidade de votos. Em seguida, o Sr. Presidente colocou em discussão e votação os anexos do Projeto de Lei nº 48/92. O Vereador José Alcides Fango, pela ordem, solicitou que, para a segunda discussão e votação, fosse encaminhada cópia dos anexos para conhecimento dos Vereadores, o que, de pronto, foi determinado a Secretaria, pelo Sr. Presidente. Em votação, os anexos mereceram a aprovação por unanimidade de votos pelo Plenário. Esgotada a pauta da Ordem do Dia, o Sr. Presidente concedeu a palavra aos Senhores Vereadores em Explicação Pessoal. Ocupou a Tribuna, em Explicação Pessoal, o Vereador Luiz Roberto Lopes de Souza que disse: "Voto em Explicação Pessoal porque, confesso que no Grande Expediente, foram os 15 minutos mais rápidos de minha vida, eu nem vi passar, porque, evidentemente, procurei, primeiro falar sobre aquilo que era de interesse geral que foi o Requerimento que apresentei e deixei para tratar aquela assunto enfadonho, chato, porque fala em questão pessoal, mas que não poderia deixar de responder, deste modo na tribuna que usei e reafirmo, no exercício de um direito, de vereança, que não fiz nenhum ataque pessoal ao sr. Prefeito. Eu reafirmei naquela oportunidade, o que tantas vezes eu tinha feito, inclusive quando essas Sessões eram transmitidas e, talvez, tenha sido um dos motivos das Sessões terem sido tiradas do ar, porque eram os críticos contundentes que eu realmente fazia, aquela preleção artificial, pela que eu achei e, acho ainda, que foi muito dinheiro mal empregado, sob o pretexto de se transformar em senho, daquele infeliz que não conhece a praia de Guarujá. Como se a Guarujá ainda fosse aquela famosa praia da aristocracia paulista, quando nós sabemos que hoje ela serve, principalmente, ao turista que se dirige ao litoral nos fins de semana, através daqueles coletivos e do pessoal que, tanto vai a Praia Grande, como vai ao Guarujá, indistintamente. Hoje a aristocracia vai a Buzios, vai eu nem sei para onde, eu não sei os nomes das praias, para onde se dirige a aristocracia. Que a aristocracia bandeirante nada mais é do que na política, a prática daquilo que nos condenamos e que tanto deixamos o Deputado preocupado. Mas, um outro aspecto que foi dito, naquela acusação que foi feita, é de que nós seríamos donatários, novamente da prefeitura. Esse ataque não nos causa nenhum constrangimento. Mas, ele é próprio e, eu dizia anteriormente, e a emoção me levou

a falar da minha filha, esquecido de que eu podia voltar em Explicação Pessoal, me desculpe Vossa Excelência que naquela hora falou foi realmente a emoção, não foi o Vereador, não foi o advogado, como bem lembrou e me disse, no seu testemunho de me ter ouvido, o Vereador Devito, mas eu deveria ter falado dessa ameaça que me fez o Sr. Prefeito de, novamente, se demitir da Prefeitura. Isso só me faz me predispor, mais uma vez, a disputar uma cadeira nessa Casa, que poderia, até, não fazê-lo, mas hoje não posso mudar essa minha disposição, porque seria tomado como medo, seria tomado como covardia, pela ameaça que me foi feita, de ser demitido da Prefeitura, porque não vou completar dois anos, não vou completar o estágio probatório dentro do exercício. Esse é o político despreparado que eu falava. Ele pensa que a Prefeitura é o quintal de sua casa. O direito do servidor está previsto na lei maior que é a Constituição desse país. Não é nenhum prefeito, não é nenhum ditadorzinho de província que outorga ao servidor público o direito de permanecer no cargo. E, para ele ser exonerado, não é a vontade do Chefe do Executivo que determina. Precisa-se fazer um processo administrativo em que garanta ao servidor a oportunidade de defesa, para dizer porque ele não foi aprovado no estágio probatório. E, nos exercemos por 10 anos o cargo de Procurador da Prefeitura de Garça e, quando de lá saímos, recebemos o aviso prévio, sem justa causa e, eu já disse que se não busquei a minha reintegração por uma questão de orgulho, para não ter que trabalhar com um prefeito que não queria um serviço de sua assessoria, porque não era serviço dele, o funcionário está a serviço do município e, não é serviço do chefe do Poder Executivo. Eu não ocupava aquele cargo em comissão. Ele foi posteriormente transformado em comissão, para que ele pusesse lá, ali sim, os seus apêndices. Depois de transformado em comissão, um filho do Sr. Prefeito, exerceu esse cargo, mas o deixou às vésperas do dia da minha nomeação. Eu estou entrando num assunto pessoal, me desculpem, e eu já falei dessa tribuna mais de uma vez nele. E, sem que eu necessitasse, sem que eu pedisse, quando eu exercia o cargo de Procurador da Prefeitura de Vera Cruz, o Vereador do PMDB que havia sido exonerado do cargo, que lá é secretário, o Vereador pede exercer o cargo, que lá em Vera Cruz, o cargo é importante, sejam os senhores, o Secretário dos Negócios Jurídicos. O Vereador do PMDB fora exonerado do cargo e eu estava no exercício desse mesmo cargo, solicitei do então Prefeito, hoje Deputado, informação sobre o meu desempenho no cargo de procuradoria, ele informou a esse Vereador. Esse ofício existe na Prefeitura e no processo em que eu pedi a reintegração que corre na justiça até hoje, de que eu havia sido demitido por questões de natureza política e, que se tratava de um cidadão honesto e de um profissional competente. Hoje o Sr. Prefeito vem dizer em público que fui demitido por ser mau caráter e porque usava o dinheiro público. Ainda está a seriedade desse político que se utiliza da imunidade parlamentar que me desafiou a processá-lo, mas se querendo atrás dele? Se ele abrir mão dessa imunidade, vou processá-lo, porque ele me atribuiu a prática de um crime. Mas, esse senhores, é o político que pretende estabelecer em Garça uma dinastia, porque ele trabalhou pela eleição do atual prefeito, ele foi o rádio e pediu pela amor de Deus se podesse elogiar o atual prefeito. Mas, talvez, no seu íntimo ele pensasse que ele iria continuar mandando na atual administração, mas ele sentiu que o Prefeito eleito, que fará Diretor da Administração, andava pelas próprias pernas, governaria pela própria cabeça, com equilíbrio, todos nós reconhecemos neste caso. Não é perfeito, porque é um governo de homem, mas com equilíbrio e, hoje, ele se põe contra essa administração, porque ele já foi no rádio e já se pôs contra a atual administração. E, eu disse dessa tribuna que ele vai hoje pretender a continuidade do governo, se põe contra uma administração desgastada por causa de 10 anos de exercício do poder. Seis anos de administração do atual Deputado que, então - Prefeito, que o exerceu durante seis longos anos e, o atual Prefeito por 4, completando 10 anos de governo do PMDB na cidade de Garça. Isso é desgastante e, realmente, o povo está pensando em mudança. Mas, como o povo está pensando em mudança, ele que conha

(conhe-)ço, com maestria, é inegável, ele é mestre na política demagógica e clientelista, que vai se por contra a atual administração municipal para mais uma vez enganar o povo que, ele disse, que sempre serviu ao povo e nunca se serviu do povo. Não precisa dizer aos senhores, quais são os benefícios que esse Deputado trouxe para Garça. Mas, todos nós sabemos os próprios benefícios que ele trouxe a si e a sua família. Eu estou na tribuna, no exercício do meu direito de Vereador que, no Município de Garça, nessa tribuna, nós também temos imunidade. Mas, nem por isso, eu estou assacando contra o Deputado qualquer ofensa de caráter pessoal. Eu o respeito como ser humano, eu o respeito como chefe de família, eu o respeito como cidadão, mas como político jamais, jamais profilei com tal prática, pois sei muito bem que, a minha grande paixão política que foi só uma, porque os homens da minha geração tiveram pouca chance de ter paixão política, foi Jânio Quadros. Era, sim, um demagogo, mas um homem culto, um homem que procurou, Jânio Quadros - sim, serviu a Causa Pública, e jamais se serviu do cargo. Contra tudo que se disse dele, jamais se provou, que eu tenha conhecimento, que ele tenha feito uso do poder em benefício pessoal. Pois, até abriu mão de aposentadoria, de pensão, a que a Revolução atribuiu aos ex-presidentes. Aquela minha única paixão política, aquele único homem que me entusiasmou, em toda a minha juventude e, até hoje, que foi Jânio Quadros. Carlos Lacerda era uma outra promessa, que infelizmente a morte o levou antes que ele pudesse pleitear, mais uma vez um cargo público e que a própria revolução destruiu com a prova de que a ditadura jamais leva aos caminhos que a democracia, apesar dos seus defeitos, apesar dos políticos demagogos e clientelistas, que muitas vezes crescem e florescem à sua sombra, é, muito melhor que a ditadura, que nós podemos vir aqui e combatê-lo, nós podemos ir ao povo e procurar esclarecer que o seu voto não é para ser usado em troca de nenhum favor. O voto do povo é para exercer a cidadania e não para levar vantagem. Nós vamos combater e vamos chegar lá." Informado, pelo Secretário que ninguém mais solicitara a palavra, o Sr. Presidente, em nome de DEUS, declarou encerrada a presente Sessão Ordinária. Para constar, foi lavrada a presente ATA. Câmara Municipal de Garça, aos quinze dias do mês de junho de 1992.....

- GILBERTO GARCIA -
PRESIDENTE

- LUIZ KUNITA -
1º SECRETÁRIO

- ANDRELINO LAVES DE SOUZA -
2º SECRETÁRIO